

(1)



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de Declaração, e Ampliação virem, que por quanto no Regimento, com que novissimamente regulei os emolumentos dos Ministros, e Officiaes de Justiça do Estado do Brasil, fui servido ordenar, que os Carcereiros possão levar cento e vinte reis cada dia pelo sustento dos Escravos, que são presos nas suas respectivas cadêas; e Sou informado de que os ditos Carcereiros além de reduzirem o sustento dos referidos Escravos a huma pequena porção de milho cozido, em que só fazem de gasto vinte reis cada dia; costumão servir-se delles, mandando-os, contra a disposição das minhas Leys, sahir das prizoens, mettidos em correntes para hirem aos matos, e campos buscar-lhes lenha, e capím, para venderem; seguindo-se daquella deshumanidade na falta de sustento, e da transgressão, com que fazem sahir os mesmos Escravos das cadêas, fugirem estes das correntes, e ficarem assim perdendo-os seus donos, e a Justiça sem satisfação, quando os mesmos Escravos tem cometido crimes: Mando, que logo que este for publicado, em execução d'elle cada hum dos Ouvidores das respectivas Comarcas formem hum arbitramento para o sustento dos mesmos Escravos, no qual computando os generos, que servem de alimento aos mesmos Escravos, pelos preços das terras, determine as porções, que os Carcereiros haõ de dar a cada hum dos sobreditos presos, em quantidades, e qualidades certas; quaes serãõ sempre impreteriveis; de tal sorte, que, faltando em concorrer com ellas os referidos Carcereiros, serãõ pela primeira vez suspensos por tempo de tres mezes; pela segunda; por tempo de seis mezes; e pela terceira, privados do Officio, e inhabilitados para servirem qualquer outro de Justiça, ou Fazenda. Para que assim se observe inviolavelmente: Ordeno, que os referidos Ouvidores tirem no mez de Janeiro de cada hum anno huma exacta devassa sobre esta materia, ainda no caso, em que naõ haja queixas, porque, havendo-as, serãõ logo autuadas, para se proceder por ellas na sobredita fórma.

Nas mesmas devassas annuaes, e nas que se tirarem nos casos occurrentes, se inquirirá igualmente, se os sobreditos Carcereiros ordenaõ, ou permittem, que os Escravos sejaõ extrahidos das cadêas,

dêas, onde forem presos, sem ordem dos Ministros, que tiverem jurisdicção para os mandarem soltar. E achando-os por legitimas provas incurfos neste crime: Mando, que sejam logo suspensos do officio, pronunciados, presos, e condemnados em privação dos mesmos officios, para nelles mais não entrarem sem nova mercê minha, além das outras penas, que por minhas Leys se achão estabelecidas contra os Carcereiros, que abusaõ da fidelidade, com que devem ter em segurança os presos, que lhes são confiados.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém: E quero que tenha força de Ley, e valha como Carta, posto que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrario, e de quaesquer outras Leys, as quaes Hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse especial menção.

Pelo que mando ao Regedor da Casa da Supplicação, ao Conselho Ultramarino, Governador da Relação, e Casa do Porto, Vice-Rey do Estado do Brasil, Governadores, e Capitaens Generaes de todos os meus Dominios Ultramarinos, Desembargadores das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, Officiaes, e Pessoas destes meus Reinos, e Senhorios, que a cumprão, e guardem, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se declara. E mando ao Desembargador Manoel Gomes de Carvalho, do meu Conselho, e Chanceller mór dos mesmos meus Reinos, e Senhorios, que a faça publicar na fórma costumada, e enviar os exemplares della onde he costume, para que seja a todos notoria. E se registará em todos os lugares, em que se costumaõ registrar semelhantes Leys; remettendo-se o Original á Torre do Tombo. Dada em Belem a tres de Outubro de mil setecentos sincoenta e oito.

RAYNHA.

Thomé Joaquim da Costa Corte-Real.

A Lvará com força de Ley, porque V. Magestade ha por bem declarar, e ampliar o Regimento, porque novissimamente foi servido regular os emolumentos dos Ministros, e Officiaes de Justiça

tiça do Estado do Brasil, quanto a formar cada hum dos Ouvidores das respectivas Comarcas hum arbitramento para o sustento dos Escravos prezos, conforme os preços dos generos, que servem de alimento nas terras; determinando as porçoens, que os Carcereiros deverão dar a cada hum dos sobreditos prezos, em quantidades, e qualidades certas, debaixo das penas, e declaraçoens affima mencionadas.

Para Vossa Magestade ver.

A fol. 13 vers. do livro, que serve nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, de se registarem os Alvarás, Leys, e Patentes, que por ella se expedem, fica esta lançada. Belem, a 5 de Outubro de 1758.

Bento Guinet.

Manoel Gomes de Carvalho.

Foi publicado este Alvará com força de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 7 de Outubro de 1758.

Dom Miguel Maldonado.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 111. Lisboa, 7 de Outubro de 1758.

Rodrigo Xavier Alvares de Moura.

Joseph Gomes da Costa a fez.

Reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues.

CB
P8539
1758
8
1-SIZE

69-1060
brds
Wormser
Cct. 1958